

ENSINO DE HISTÓRIA NA EJA-ENSINO MÉDIO: UMA REFLEXÃO

Vívia de Melo Silva ¹

RESUMO

O presente texto objetiva apresentar reflexões didático-pedagógicas de uma experiência de estágio supervisionado desenvolvido junto a um curso de licenciatura em História, em uma instituição de ensino público no estado da Paraíba. Nesta instituição funcionava o Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), em caráter de suplência, mediante dois ciclos: o Ciclo V, que corresponde ao 1º e 2º Ano do Médio e o Ciclo VI, que se refere ao 3º Ano do Médio. Metodologicamente, além dos estudos teóricos com base em Bittencourt (2024), Farias (2021), Fonseca (2023), Pimenta (2006), Pinsky (2010), desenvolvemos observação e intervenção nas turmas acompanhadas. O estágio é um espaço fecundo para informação, formação e reflexões da prática docente. Mediante o estágio é possível ver/rever teorias, conhecimentos, práticas pedagógicas, projetos educacionais e políticos, cria-se propostas pedagógicas. Destacamos também como importante espaço de formação, revisão de conteúdos de ensino, revisão de abordagens pedagógicas e práticas docentes. A experiência foi atravessada pela reflexão da teoria e prática. Portanto, um espaço de pesquisa, que se concentrava na observação e aproximação com a realidade da educação brasileira, possibilitando refletir sobre muitos aspectos ligados à prática docente, principalmente sobre educação, conhecimento, aprendizagem e ensino de História na paraibana.

Palavras-chave: Ensino de História, Estágio Supervisionado, Educação de Jovens e Adultos.

INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva apresentar reflexões didático-pedagógicas de uma experiência de estágio supervisionado desenvolvida junto a um curso de licenciatura em História, em uma instituição de ensino público no estado da Paraíba. Nesta instituição, espaço de atuação do estágio supervisionado, funcionava o Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), mediante dois ciclos: o Ciclo V, que corresponde ao 1º e 2º Ano do Médio e o Ciclo VI, que se refere ao 3º Ano do Médio.

A realização desta pesquisa se dividiu em dois momentos, a saber: o primeiro, no qual procuramos estabelecer os primeiros contatos com a escola e com a Secretaria Estadual de Educação, bem como as primeiras aproximações teóricas, mediante leituras da área, especialmente sobre o campo de estágio e ensino de História. E o segundo

¹ Professora lotada no Departamento de Fundamentação da Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, viviafag@gmail.com.



momento, no qual adentramos a instituição escolar, desenvolvendo observação e intervenção didático-pedagógica, respaldadas no aprofundamento das leituras da área, principalmente sobre ensino de História.

Para subsidiar a pesquisa, do ponto de vista da fundamentação teórica, procuramos, de forma breve, partir de três principais reflexões: a) discutir sobre o estágio supervisionado como fundamental na formação docente; b) situar o debate sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, como uma modalidade importante; c) trazer ponderações sobre o ensino de História.

No que tange ao estágio supervisionado, evidenciamos como um espaço fecundo para informação, formação e reflexões da prática pedagógica. Mediante o estágio, revemos teorias, conhecimentos, refletivos sobre práticas de ensino, projetos educacionais e políticos, criamos propostas pedagógicas e vamos nos constituindo como docente. Para Pimenta e Lima (2005/2006, p. 6), o estágio trata-se de

[...] um campo de conhecimento, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supera sua tradicional redução à atividade prática instrumental. Enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas.

Além disso, “o estágio prepara para um trabalho docente coletivo, [...] pois a tarefa escolar é resultado das ações coletivas dos professores e das práticas institucionais, situadas em contextos sociais, históricos e culturais” (Pimenta & Lima, 2005/2006, p. 21)

Sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), é importante dizer que é uma Modalidade de ensino, assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394/1996, que corrobora com o que é defendido na Constituição Federal de 1988. Estes dispositivos legais garantem o direito à educação pública para as pessoas que, por diversas razões, não puderam acessar ou permanecer na educação básica. Ademais, está ancorada nos princípios de acesso, permanência e qualidade, respaldados pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB/1996.

De acordo com a Lei nº 9.394/1996, que estabelece a possibilidade de flexibilização dos currículos, horários e metodologias para atender às especificidades dessas pessoas no âmbito da educação, destaca que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento de para a educação e a aprendizagem ao longo



da vida. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (Brasil, 1996)

Neste sentido, a EJA no Brasil trata-se de uma política pública, inclusiva e democrática, mediante a qual jovens e adultos podem concluir a educação básica.

Como nosso campo de intervenção pedagógica acontece na disciplina de História no ensino médio, na modalidade EJA, não podemos nos furtar da discussão sobre Ensino de História. Todavia, é importante dizer que não pretendemos aprofundar o debate nesta direção, mas situar de onde estamos falando. Neste sentido, partimos do seguinte:

O ensino de História se destaca por mudanças marcantes em sua trajetória escolar que a caracterizavam, até recentemente, como um estudo mnemônico sobre um passado criado para sedimentar uma origem branca e cristã, apresentada por uma sucessão cronológica de realizações de “grandes homens” para uma “nova” disciplina constituída sob paradigmas metodológicos que buscam incorporar a multiplicidade de sujeitos construtores da nação brasileira e da história mundial. (Bittencourt, 2018, p. 127)

E não apenas mudanças do ponto de vista metodológico, mas na própria reconfiguração dos conteúdos trabalhados nesta disciplina, como também enfatiza a autora citada acima:

Os velhos marcos históricos estão sendo revistos, mesmo que paulatinamente, podendo-se introduzir uma história da Antiguidade pelas sociedades indígenas, pela diversidade de uma história econômica da agricultura ou por uma história social pelo trabalho escravo criador das riquezas que sustentam o sistema capitalista do mercantilismo ao neoliberalismo, de uma história das sociedades constituídas antes do aparecimento da escrita, da formação de uma civilização americana miscigenada. (Bittencourt, 2018, p. 142)

No que se refere ao local onde desenvolvemos o estágio supervisionado, funcionava em um prédio na zona Sul de João Pessoa, com as condições minimamente favoráveis. A seguir, apresentamos aspectos metodológicos e relatos da experiência do estágio.

2- ASPECTOS DA EXPERIÊNCIA



2.1 Primeiros traços para desenvolver o estágio

No Estágio Supervisionado em História temos como principal objetivo promover uma aproximação à prática docente, possibilitando conhecer de perto a realidade de escolas públicas, das condições materiais e objetivas das escolas (infraestrutura) e já ir afunilando para o Ensino de História, mediante a observação das aulas; da relação professor-aluno-saber e da prática docente.

Por isso, destacamos que, neste momento do planejamento do estágio, foi de suma importância as orientações burocráticas, teóricas, práticas estabelecidas pelo docente responsável pelo componente curricular Estágio Supervisionado em História, mediante as aulas, os textos e as orientações disponibilizadas na turma. Destacamos, no âmbito das aulas, leituras de algumas importantes referências, quais sejam: Bittencourt (2004); Farias (2021); Fonseca (2023); Karnal (2003) e outros.

Nesta direção, destacamos que o componente curricular é um espaço de relação constante entre teoria e prática. Por exemplo, na medida que estávamos adentrando as escolas, também estávamos desenvolvendo leituras e reflexão nas aulas.

Fazemos um destaque para os contatos com a direção da instituição e professor responsável pela turma que se desenvolveu o estágio, tendo em vista que não tivemos impedimentos, já que é prática desta escola receber estagiários. Por isso, no primeiro contato já obtivemos a autorização e colaboração da instituição de ensino e do professor de história para desenvolver o estágio supervisionado docente.

É importante ressaltar que como o estágio foi desenvolvido com estudantes da Educação de Jovens e adultos, deixamos a critério do professor de História indicar em qual turma ele nos possibilitava desenvolver nossas atividades, ficando, portanto, o ciclo V da EJA, correspondente ao 1º e 2º anos do Ensino Médio. Portanto, este momento além de ser o espaço de dar os primeiros passos formais do estágio, tornou-se o momento de projeção e reflexão.

2.2 Observando o cotidiano escolar: a escola e suas aulas de história

A instituição escolar onde se desenvolveu a pesquisa tem um espaço amplo e relativamente de satisfatória infraestrutura. As aulas de História, e de todos os outros componentes curriculares, ocorrem com duração de 45 minutos. O número de estudantes



matriculados, nos dois ciclos, foi relativamente pequeno, contando com 261 alunos matriculados, divididos em 11 turmas, nos Ciclos V e VI. Todavia, vale ressaltar que essa frequência no período observado estava bem reduzida. Os estudantes contavam com um momento de recreio/ intervalo, propício para um café, uma conversa no corredor, idas aos banheiros e entretenimento.

Acessando o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, fazemos um destaque para a seguinte proposta explicitada no PPP da escola relativa à formação de seus estudantes "a escola é comprometida com a formação de seus alunos e o aperfeiçoamento do talento destes e ampliação do domínio dos conhecimentos e saberes[...] (PPP,2023, p. 05)

Neste sentido, observamos uma preocupação e incentivo de ir possibilitando acesso ao campo de trabalho aos estudantes que desejam ingressar em cursos profissionalizantes ou na universidade, pensando que a faixa etária dos estudantes é maior de 18 anos. Assim, comungando com a defesa da EJA como política pública no sentido de incentivar a inserção dos jovens e adultos no campo de trabalho e na continuidade da educação.

Também vamos focalizar nas vivências e experiências observadas em sala de aula. Neste sentido, destacaremos: conteúdos abordados; relação professor-aluno-conhecimento; avaliações; perspectiva do ensino de História adotada.

É importante destacar que a turma que acompanhamos possuía 10 estudantes matriculados. Estes estudantes possuíam a faixa etária entre 17 a 60 anos e parte deles trabalhavam em outro turno.

Sobre o professor responsável pelo componente curricular de História, é relevante destacar que atua na rede de ensino há mais de 10 anos, sendo formado em História pela UFPB e mestre em História pela UFRN. Portanto, um profissional experiente e qualificado.

Sobre as aulas, observamos uma prática dialogada e problematizadora, instigando a participação dos estudantes, seja mediante as falas, seja através de propostas de atividades destacando a escrita.

É importante ressaltar que a observação em sala de aula ocorreu durante duas semanas. Sobre às aulas de História observadas, trataram-se de aulas de revisão. O professor retomou uma atividade que havia deixado para ser realizada em casa. Tratava-se de um questionário com 10 perguntas discursivas sobre o início e instauração do período Imperial. As aulas foram destinadas à correção e discussão sobre as questões



apresentadas nesta atividade realizada em casa. O professor realizava a leitura da questão e os estudantes respondiam, conforme o que haviam sistematizado. Para cada resposta o professor, estabelecia uma reflexão, instigando os alunos a refletirem e entenderem o conteúdo abordado.

Nesta prática, foi possível observar uma interessante interação entre o professor e os estudantes. Também observamos nas respostas das estudantes inquietações do tempo presente, ratificando o que Pinsky e Pinsky (2010, p.23) ressaltam “o passado deve ser interrogado a partir de questões que nos inquietam no presente (caso contrário, estudá-lo fica sem sentido). Portanto, as aulas de História serão muito melhores se conseguirem estabelecer um duplo compromisso: com o passado e presente”.

3- ENSINO DE HISTÓRIA: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA DA REGÊNCIA

Partindo das orientações acerca do Ensino de História trabalhadas nas aulas do estágio e nos textos lidos. Respeitando o planejamento curricular do professor e da escola, ficamos para trabalhar com a turma do ciclo V da EJA os seguintes conteúdos: o período Regencial e as suas Rebeliões/Revolutas. No que tange às habilidades de História para o Ensino Médio, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tomamos por referência as seguintes para desenvolvimento da regência:

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EF06HI01) Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas).

(EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado.

(EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado.

As orientações da BNCC foram importantes, mesmo considerando às críticas a ela impetradas no que se refere ao Ensino de História. Como podemos observar:

Há avanços na BNCC em relação aos objetivos da Educação? Sim, mas não podemos considerá-lo um documento revolucionário ou inovador. Há muitas permanências também. Junto com a perspectiva do outro, da diferença e da alteridade, muitas marcas do eurocentrismo são encontradas na proposta para o componente de História, de acordo com os artigos que aqui analisamos. (Rankings, 2021, p. 16)



A turma que acompanhamos no estágio não possuía livro didático, sendo assim, ficamos mais livre para planejar e sistematizar nossa regência quanto ao material didático utilizado. Também pensamos em deixar sistematizado algum material para que os estudantes pudessem revisar posteriormente.

Nas quatro primeiras aulas, trabalhamos o Período regencial. O objetivo dessa aula foi: reconhecer as características do período regencial e identificar seus marcos principais. Iniciamos com uma chuva de palavras sobre o que os estudantes sabiam acerca do conteúdo, no intuito de fazer o levantamento do conhecimento prévio dos alunos. Nesta chuva de palavras, fui escriba utilizando o quadro para registrar as palavras apresentadas pelos estudantes. A partir do registro no quadro, introduzimos o tema explicando aos estudantes o conteúdo, sempre possibilitando a participação dos mesmos durante a explicação. É importante destacar que a participação dos estudantes, neste momento, foi um pouco tímida.

Na aula seguinte, continuando ainda sobre o Período Regencial, levamos um breve vídeo sobre o tema, disponível na plataforma Youtube, intitulado “Período Regencial” da página Conceito Ilustrado. Após o vídeo, realizamos uma roda de conversa, considerando o vídeo. Neste momento, tivemos uma maior participação dos estudantes. É importante destacar que nesta roda de conversa, fomos mediando o conhecimento. Neste momento, a participação discente foi surpreendente, com perguntas interessantes e correlação com outros temas, conteúdos.

Nas cinco aulas seguintes, enfatizamos as Rebeliões/Revoltas do período Regencial. Os objetivos destas aulas foram: compreender as rebeliões do Período Regencial, analisando a relação entre elas e o processo de formação da identidade nacional e os desafios políticos da época; Relacionar as rebeliões com a crise do Primeiro Reinado e os desafios da Regência; Avaliar o impacto das rebeliões na construção do Estado Nacional Brasileiro.

Trabalhamos as rebeliões (Cabanagem, Farroupilha, Revolta dos Males, Sabinada e Balaiada), com um auxílio de slides que produzimos, para possibilitar que os estudantes ficassem com um material para estudo. Fomos abordando cada rebelião, com auxílio de mapas mentais, pequenos vídeos, mapas geográficos (disponíveis no site <https://atlas.fgv.br/capitulos/i-reinado-e-regencia-1822-1840>) e especificidades destas rebeliões, de modo problematizador e articulado. À medida que fomos explicando também possibilitamos a interação dos estudantes, que foram apresentando interesse, atenção e perguntas relevantes. Conforme fomos avançando na discussão, também



fomos junto aos estudantes buscando estabelecer relações, pensando pontos que aproximavam e distanciavam nas Rebeliões estudadas.

Na última aula, solicitamos que os estudantes, em dupla, elaborassem um quadro comparativo sobre as Rebeliões do período analisado. Os pontos para destacar na sistematização foram: período, localização geográfica, personagens marcantes, principais causas, principais consequências e observações. O objetivo era realizar uma síntese das aulas efetivadas, bem como, realizar uma culminância, deixando para eles um material de estudo. Depois que cada dupla fez seu quadro, realizamos uma breve roda de diálogo no sentido de socializar as produções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, o Estágio Supervisionado em História foi um importante espaço de formação, informação, revisão de conteúdo, revisão de abordagens de ensino e práticas docentes. E refletir sobre essa experiência possibilitou problematizar o ensino de História.

O estágio se tornou um momento de reflexão de teoria e prática de possibilitar novas inquietações pedagógicas, políticas, educacionais. Um espaço de pesquisa e criações pedagógicas.

Por fim, destacamos este trabalho como um momento no qual observamos, vivenciamos e atuamos no ensino de história, no ensino médio, na modalidade EJA, destacando conteúdos abordados; relação professor-aluno-conhecimento; avaliações; perspectiva do ensino de história adotada e outras questões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 127-149. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/WYqvqrhmppwbWpGVY47wWtp/?format=pdf&lang=pt> .

Acesso em 03 de outubro de 2025.



FARIAS, Danielle Cristine Camelo. **Ensino de História:** por menos maniqueísmo e mais compreensão de sua complexidade. Palavras ABEHrtas, n. 4, out. 2021

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino em história.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

MELO, F. E. de; MENESES, S.. Toda a História em cinco minutos! História pública e ensino – considerações sobre o passado ensinado no Youtube. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet. **Ensino de História e suas práticas de pesquisa.** 2. ed. [e-book] São Leopoldo: Oikos, 2021.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Poésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Tubarão, v. 3, n. 3/4, p. 5-24, 2005/2006

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. Por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL (org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p.17-36.

RABELO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e77056, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/4jVvMMkVMzjLGYRrBnKnft/?lang=pt>. Acesso em 11 de agosto de 2025.

